



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.070-B, DE 2015** **(Do Sr. Hélio Leite)**

Modifica a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigação de implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos; tendo parecer: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (relator: DEP. VENEZIANO VITAL DO RÊGO); e da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (relatora: DEP. CLARISSA GAROTINHO).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA;  
VIAÇÃO E TRANSPORTES E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Viação e Transportes:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei modifica a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigação de implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 5º .....

.....

XV – implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos nas cidades com até 50 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2017, e até 31 de dezembro de 2018, nas demais localidades.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil é o país com melhor desempenho no crescimento da Internet móvel no mundo. Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o crescimento das redes de 3G e de 4G no País é o dobro do que a média mundial. Existem hoje 215 milhões de acessos móveis no Brasil, de acordo com a estatística do SindiTelebrasil. Grandes partes dessas conexões advêm dos smartphones. Atingiu-se a marca de 54 milhões de aparelhos vendidos em 2014, conforme dados da consultoria IDC Brasil, o que representa um crescimento de 55% com relação ao ano anterior. Mesmo que alguns desses acessos sejam esporádicos, o fato é que as redes sem fio, tanto móvel quanto Wi-Fi, estão promovendo a massificação da banda larga no País.

Acompanhando esta tendência, governos e empresas investem cada vez mais na instalação de redes Wi-Fi, que propicia a instalação de pontos de acesso à Internet com menor custo do que a redes cabeadas. As redes Wi-Fi são geralmente ofertadas em locais públicos, como praças e bibliotecas, repartições governamentais ou no comércio em geral. Em geral, o acesso é gratuito, exigindo-se do usuário que apenas cadastre-se no sistema, para efeito de segurança. A

viabilidade das redes Wi-Fi em lugares públicos, tanto em termos de segurança quanto de popularidade, já foi demonstrada nos aeroportos brasileiros, onde os novos operadores aeroportuários, por ocasião da Copa do Mundo, disponibilizaram internet gratuita para os passageiros nas salas de embarque.

A iniciativa que ora apresentamos visa utilizar recursos públicos do fundo de universalização das telecomunicações, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), aprovado pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para beneficiar um setor importante da economia, o de transporte. À medida em que mais pessoas tenham acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos, maior será a eficiência desses sistemas, pelos benefícios diretos que a comunicação de dados traz aos passageiros. O programa visa também propiciar conforto, uma vez que esses locais são de grande espera por parte dos passageiros.

A ideia deste projeto é ampliar este acesso aos demais sistemas de transporte e democratizá-lo, abrindo-o a todos os usuários dos serviços de transporte. Ademais, sabemos como são reduzidas as franquias de dados na maior parte dos acessos de telefonia móvel, por causa da barreira econômica. Dessa forma, as redes Wi-Fi são complementares e de grande valia no momento de deslocamento, em que o usuário pode usar a internet para remarcar uma passagem, comunicar-se com a família ou reorganizar sua agenda de viagem.

Pelo lado econômico da implantação da medida, entendemos que o impacto financeiro é mínimo, quando comparado aos benefícios advindos da medida. O custo de implantação de redes sem fio, ou Wi-Fi, é relativamente reduzido, considerando-se o custo-benefício, sendo plenamente suportável dentro da receita anual do Fust. O Fundo arrecadou R\$ 1,7 bilhão em 2014. Ademais, a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, prevê, expressamente, em seu artigo 5º, o uso de recursos para implantação de redes públicas de acesso à Internet em locais como bibliotecas, escolas, postos de saúde e áreas de fronteira. Portanto, a presente proposta apenas expande o rol de possíveis destinações para os recursos do fundo no que diz respeito a redes públicas de acesso à Internet. Por esta razão, o projeto altera o art. 5º da Lei do Fust para conectar o setor de transporte como um todo.

Em síntese, consideramos que a modernização da lei do Fust, criada numa época em que não existia tecnologia Wi-Fi ou *smartphone*, vem ao encontro das novas necessidades dos usuários de telecomunicações. Pelo exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a discussão e aprovação deste

projeto de lei, que reputamos de grande importância não só para os passageiros, mas para toda a sociedade.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 2015.

Deputado HÉLIO LEITE

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000**

Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 5º Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos;

I - atendimento a localidades com menos de cem habitantes;

II - (VETADO)

III - complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;

IV - implantação de acessos individuais para prestação de serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;

V - implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde;

VI - implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;

VII - redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos frequentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;

VIII - instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

IX - atendimento a áreas remotas e de fronteiras de interesse estratégico;

X - implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública.

XI - implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

XII - fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII - fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

XIV - implantação da telefonia rural.

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust, serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Sistema Telefônico Fixo Comutado - STFC nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

§ 2º Do total dos recursos do Fust, dezoito por cento, no mínimo, serão aplicados e educação, para estabelecimentos públicos de ensino.

§ 3º Na aplicação dos recursos do Fust será privilegiado o atendimento a deficientes.

Art. 6º Constituem receitas do Fundo:

I - dotações designadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II - cinquenta por cento dos recursos a que se referem as alíneas *c, d, e e j* do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, com a redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, até o limite máximo anual de setecentos milhões de reais;

III - preço público cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações, como condição para a transferência de concessão, de permissão ou de autorização, de serviço de telecomunicações ou de uso de radiofrequência, a ser pago pela cessionária, na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, ou de parcelas anuais, nos termos da regulamentação editada pela Agência;

IV - contribuição de um por cento sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, excluindo-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins;

V - doações;

VI - outras que lhe vierem a ser destinadas.

Parágrafo único. Não haverá a incidência do Fust sobre as transferências feitas de uma prestadora de serviços de telecomunicações para outra e sobre as quais já tenha havido o recolhimento por parte da prestadora que emitiu a conta ao usuário, na forma do disposto no art. 10 desta Lei.

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **I - RELATÓRIO**

A proposta de autoria do Dep. Hélio Leite inclui na Lei do Fust - Fundo de Universalização das Telecomunicações (Lei nº 9.998/00) a possibilidade de utilização dos recursos do fundo para a “implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos nas cidades com até 50 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2017, e até 31 de dezembro de 2018, nas demais localidades”.

O projeto foi distribuído para análise de mérito às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), de Viação e Transportes

e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A última deverá se pronunciar quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria, conforme artigo 54, do RICD (Regimento Interno da Câmara dos Deputados). A proposta é de apreciação exclusiva das comissões, de acordo com o disposto no artigo 24, inciso II, do RICD.

A proposição tramita em regime ordinário e, passado o prazo regimental, não recebeu emendas.

Cabe ressaltar que em parecer aprovado na Comissão de Viação e Transportes em 2015, e tornado sem efeito por conta de redistribuição proferida pela Mesa Diretora da Casa em 2016, o projeto foi aprovado.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A internet se tornou serviço vital na sociedade contemporânea. Segundo dados da TIC Domicílios 2015 – pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros, publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil,<sup>1</sup> CGI.br, metade dos domicílios possui acesso à rede mundial de computadores. A grande maioria dos brasileiros utilizam a internet por meio do telefone celular (89%) e 35% dos internautas o fazem apenas por esse meio. Ademais, 79% dos domicílios com acesso à internet possuem redes sem fio (*wifi*) e 56% dos usuários afirmam ter utilizado a internet na casa de outra pessoa. Analisando os dados do setor de telefonia móvel, segundo a iniciativa Teleco, em 2016, haviam mais de 240 milhões de celulares ativos.<sup>2</sup> De acordo com seus dados, a parcela da receita das operadoras obtida com o serviço de dados (majoritariamente os pacotes de dados para conexão à internet móvel) beira os 50%.

Da análise desses fatos depreende-se que o acesso à internet via *wifi* é de extrema relevância para a maioria da população. Assim, qualquer iniciativa que visa popularizar e massificar o acesso sem fio terá grande impacto na sociedade. Neste contexto insere-se a proposta, ora em análise, de autoria do Deputado Hélio Leite. O projeto inclui no rol das aplicações dos recursos do Fust - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações a “implantação de pontos

---

<sup>1</sup> “TIC Domicílios 2015 – pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros.” CGI.br (pág. 127), disponível em: [http://www.nic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Dom\\_2015\\_LIVRO\\_ELETRONICO.pdf](http://www.nic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Dom_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf), acessado em 25/04/17.

<sup>2</sup> “Seção: Telefonia Celular”, Teleco, 23/02/17, disponível em [http://www.teleco.com.br/opcelular\\_dados.asp](http://www.teleco.com.br/opcelular_dados.asp), acessado em 25/04/17.

gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos nas cidades com até 50 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2017, e até 31 de dezembro de 2018, nas demais localidades”.

Do ponto de vista de políticas públicas, entendemos que a proposta seja extremamente relevante haja vista os dados aqui apresentados anteriormente. Analisando sob a ótica regimental, portanto sob o mérito desta Comissão, nada temos a nos opor à matéria e concordamos com a sua aprovação.

Todavia, em que pese o entendimento favorável, cumpre-nos ressaltar que a matéria irá, muito provavelmente, se somar a inúmeras outras proposições de ampliações do escopo do Fust, as quais, se aprovadas em definitivo pelo Congresso Nacional, estarão fadadas a não aplicabilidade. Afirmamos isto devido ao lamentável histórico do fundo. Desde a aprovação da lei que o criou, em 2000, seus recursos, da ordem de R\$ 2 bilhões anuais, nunca foram efetivamente aplicados em nenhum programa relevante de universalização dos serviços de telecomunicações.

Feita essa ressalva, nosso voto é pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei nº 2.070, de 2015.

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2017.

Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.070/2015, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Veneziano Vital do Rêgo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Paulo Magalhães - Presidente, Sandro Alex, Roberto Alves e Celso Pansera - Vice-Presidentes, Afonso Motta, Arolde de Oliveira, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo Cury, Erivelton Santana, Fabio Reis, Franklin, Goulart, Heráclito Fortes, Jorge Tadeu Mudalen, Luiz Lauro Filho, Luiza Erundina, Marcelo Aguiar, Takayama, Veneziano Vital do Rêgo, Vitor Lippi, Walney Rocha, Ariosto Holanda,



Caetano, Cesar Souza, Claudio Cajado, Fernando Monteiro, Hélio Leite, Izalci Lucas, José Rocha, Jose Stédile, Josué Bengtson, Júlio Cesar, Milton Monti, Odorico Monteiro, Pr. Marco Feliciano, Ricardo Izar, Ronaldo Martins e Wilson Beserra.

Sala da Comissão, em 6 de dezembro de 2017.

Deputado PAULO MAGALHÃES  
Presidente

## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

### **- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei ora em análise pretende modificar o art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para estabelecer a obrigação de implantação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos nas cidades com até 50 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2017, e até 31 de dezembro de 2018, nas demais localidades.

Em sua justificativa, o autor expõe que a iniciativa que ora apresentamos visa utilizar recursos públicos do fundo de universalização das telecomunicações, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), aprovado pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para beneficiar um setor importante da economia, o de transporte. À medida em que mais pessoas tenham acesso à internet em estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos, maior será a eficiência desses sistemas, pelos benefícios diretos que a comunicação de dados traz aos passageiros.

O PL, que tramita em regime ordinário, recebeu despacho às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania e está sujeito à Apreciação Conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

### **- VOTO DA RELATORA**

A proposta do Deputado Hélio Leite altera o art. 5º da Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust para conectar o setor de transporte como um todo, expandindo assim o rol de possíveis destinações para os recursos do fundo no que diz respeito a redes públicas de acesso à Internet.

A proposta vem ao encontro de uma tendência já crescente nas grandes cidades brasileiras. Atualmente, a cidade de São Paulo, por exemplo, já conta com 120 praças com WiFi gratuito.



O Fust, instituído pela Lei 9.998/2000, tem por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da LGT. Ocorre que a Lei é anterior às tecnologias disponíveis hoje, tais como wi-fi ou smartphones. Daí a necessidade de modernizar esta Lei.

Ademais, a receita do fundo, ano a ano, perfaz montantes com significativo excesso de arrecadação, gerando superávit financeiro que é sempre transferido para o Tesouro Nacional. Ou seja, o fundo instituído é desvirtuado para aplicações que não àquelas dispostas na lei que o criou. Somente em 2014, a arrecadação chegou ao patamar de R\$1,7bilhão.

Então nada mais justo que esse recurso seja empregado em tecnologias de conectividade que beneficiem os cidadãos.

O autor ressalta que, do ponto de vista econômico, a implantação dessa medida, terá um impacto financeiro mínimo, quando comparado aos benefícios advindos da medida. “O custo de implantação de redes sem fio, ou Wi-Fi, é relativamente reduzido, considerando-se o custo-benefício, sendo plenamente suportável dentro da receita anual do Fust.”

Pelo exposto, voto pela aprovação do PL nº 2070, de 2015.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2015.

**Deputada CLARISSA GAROTINHO**  
**Relatora**

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 2.070/2015, nos termos do parecer da relatora, Deputada Clarissa Garotinho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Clarissa Garotinho - Presidente, Washington Reis e Milton Monti - Vice-Presidentes, Alexandre Valle, Baleia Rossi, Diego Andrade, Edinho Araújo, Edinho Bez, Ezequiel Fonseca, Gonzaga Patriota, Goulart, Hermes Parcianello, Hugo Leal, João Rodrigues, Laudívio Carvalho, Lázaro Botelho, Major

Olimpio, Marcelo Matos, Marcio Alvino, Marquinho Mendes, Mauro Mariani, Nelson Marquezelli, Remídio Monai, Roberto Britto, Ronaldo Carletto, Silas Freire, Tenente Lúcio, Vicentinho Júnior, Arnaldo Faria de Sá, Aureo, Dagoberto, Evandro Roman, João Paulo Papa, Jose Stédile, Leônidas Cristino, Mário Negromonte Jr., Misael Varella, Missionário José Olimpio, Paulo Freire, Ricardo Izar, Samuel Moreira, Simão Sessim, Vanderlei Macris e Wadson Ribeiro.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2015.

Deputado SILAS FREIRE  
Presidente

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------